

SOPHIA LUIZA JAGER SILVA

**O (DES)AMPARO DE IRMÃOS VÍTIMAS (IN)DIRETAS
DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR**

UBERLÂNDIA

2023

SOPHIA LUIZA JAGER SILVA

**O (DES)AMPARO DE IRMÃOS VÍTIMAS (IN)DIRETAS
DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Psicologia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.
Orientador (a): Profa. Dra. Miriam Tachibana.

UBERLÂNDIA

2023

SOPHIA LUIZA JAGER SILVA

O (des)amparo de irmãos vítimas (in)diretas da violência sexual intrafamiliar

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Profa. Dra. Miriam Tachibana.

BANCA EXAMINADORA
Uberlândia, 23 de novembro de 2023

Prof. Dra. Miriam Tachibana (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Dra. Layla Raquel Silva Gomes (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Ma. Katherine Pohl (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2023

AGRADECIMENTO

A escrita desse trabalho materializa todo o afeto, envolvimento e dedicação destinados tanto à temática pesquisada quanto à minha trajetória acadêmica. Posso afirmar, ao olhar essa pesquisa e aos cinco árduos anos no curso de Psicologia, que me permitiu ser afetada de forma intensa pela equipe ambulatorial, pelas crianças e adolescentes junto às suas famílias, pelos (des)encontros na graduação e pelos vínculos construídos até o momento.

Por essa razão, inicialmente, agradeço à Universidade Pública, que possibilitou tais encontros e por me permitir conhecer de fato o nosso Sistema Único de Saúde. No decorrer dessa pesquisa, embora eu tenha me deparado com seus impasses, confio veementemente em sua potência.

À minha orientadora, Miriam Tachibana, agradeço por também se mostrar afetada pela temática, possibilitando que essa construção ocorresse de forma cuidadosa e sensível, por toda paciência ao me ajudar na organização das minhas tantas ideias suscitadas no decorrer dessa escrita, e por todo acolhimento, transparência e suporte oferecidos e sustentados. Produzir essa pesquisa sob a sua orientação intensificou a minha admiração por você e pelo seu trabalho de docência.

À minha família, agradeço por caminharem junto comigo, tornando esse caminho incerto e tortuoso bastante pavimentado. De fato, a minha entrada e formação em uma Universidade Pública só foram possíveis devido ao incentivo, esforços e carinho proporcionados por vocês.

Em especial, agradeço a minha mãe e ao meu pai, Miriam e Everaldo, que tanto me fortalecem e me inspiram, por nos apresentarem essa leitura de mundo tão crítica, singular e poética, por sempre incentivar nossas escolhas e, ainda, por se desdobrarem para que elas fossem possíveis.

À minha irmã, Laura Jager, amiga e parceira, agradeço por comprovar cotidianamente a importância da fratria na minha vida, por compreender, ouvir e acolher minhas angustias desde sempre, por todos os risos compartilhados em nossos encontros calorosos e reflexivos e por contribuir ativamente nessa pesquisa realizando ilustrações cuidadosas para os participantes. Aguardo ansiosamente o dia em que poderei me tornar uma profissional tão competente e sensível quanto você se tornou em sua área de atuação.

Aos meus amigos, agradeço por complementarem a minha noção de fratria, mostrando novamente que não estou sozinha nessa trajetória. Em especial, agradeço aos amigos da turma 85, Gema, Maras e Thaís Marques, por sempre me recordarem do meu potencial e por me proporcionarem um espaço de pertencimento na graduação. Também agradeço aos amigos que recentemente chegaram, Yara e Thaís Kagesawa, por tanto me apoiarem nesse momento.

Aos outros profissionais que me influenciaram nessa graduação, em especial à Renata Pegoraro, Paula Medeiros e Katherine Pohl, agradeço pelos encontros que inauguraram pensamentos e atuações, os quais me mobilizam e preenchem de sentidos.

À equipe do ambulatório, agradeço por criarem um espaço de acolhimento, fortalecimento e resistência. Ao olhar essa escrita, posso afirmar que só possível realizá-la com o apoio, paciência, sensibilidade e participação de vocês.

Um especial agradecimento às crianças, aos adolescentes e suas famílias, que participaram dessa pesquisa, por confiarem no vínculo construído a partir do brincar, por compartilharem de suas histórias que, segundo Joana (uma das participantes), “causam emoções tristes”, e por me afetarem de forma tão intensa e singular, de modo que a cada atendimento foi possível surgir outra Sophia: mais sensível e atenta.

RESUMO

Na literatura científica dedicada à violência sexual infanto-juvenil, o enfoque tem sido dado à criança/o adolescente que é a vítima direta da agressão sexual. Entendemos, contudo, que os irmãos da vítima direta da cena incestuosa também teriam sido expostos à violência, mesmo que indiretamente. Desse modo, esse estudo tem o objetivo de investigar a experiência emocional de crianças expostas indiretamente à violência sexual infanto-juvenil perpetrada contra seus irmãos por um agressor do grupo familiar. Foram realizadas sete entrevistas individuais com crianças/adolescentes, guiadas pelo método psicanalítico e ancoradas na apresentação de quatro desenhos como recurso mediador. Após cada entrevista, foi redigida uma narrativa transferencial contendo as associações livres dos participantes, bem como as reações emocionais da entrevistadora. Ao final, o material foi analisado pela Teoria dos Campos de Fabio Hermann, resultando em três campos atravessados pelos participantes e intitulados: “E eu?”, “Lado de quem?” e “Cadê a mãe?”. No campo “E eu?”, observou-se que os participantes nutriam fantasias acerca do lugar ocupado por eles na trama da violência sexual. O campo “Lado de quem?” versa sobre os sentimentos de dúvida e de traição junto às oscilações quanto a se posicionar (ou não) ao lado do irmão ou do suposto agressor. Já o campo “Cadê a mãe?” discorre sobre a busca dos participantes pela mãe na cena incestuosa, mostrando que a dimensão do incesto ultrapassa o escopo do fraterno. Logo, observou-se um sofrimento emocional significativo entre os irmãos vítimas indiretas, o que descortina a necessidade de intervenções psicológicas junto a esse grupo social.

Palavras-chaves: irmãos; violência sexual; família; vítima

ABSTRACT:

In the scientific literature dedicated to child and adolescent sexual violence, the focus has been given to the child/adolescent who is the direct victim of sexual aggression. We understand, however, that the siblings of the direct victim of the incestuous scene would also have been exposed to violence, even if indirectly. Therefore, this study aims to investigate the emotional experience of children indirectly exposed to child sexual violence perpetrated against their siblings by an aggressor in the family group. Seven individual interviews were carried out with children/adolescents, guided by the psychoanalytic method and anchored in the presentation of four drawings as a mediating resource. After each interview, a transference narrative was written containing the participants' free associations, as well as the interviewer's emotional reactions. In the end, the material was analysed using Fabio Hermann's Multiple Fields Theory, resulting in three fields crossed by the participants and entitled: "What about me?", "Whose side?" and "Where's mom?" In the "What about me?" field, it was observed that participants harboured fantasies about the place they occupied in the plot of sexual violence. The "Whose side?" deals with feelings of doubt and betrayal along with fluctuations in whether to position oneself (or not) on the side of the brother or alleged aggressor. The field "Where's mom?" discusses the participants' search for the mother in the incest scene, showing that the dimension of incest goes beyond the fraternal scope. Therefore, significant emotional suffering was observed among the indirect victim brothers, which highlights the need for psychological interventions within this social group.

Keywords: siblings; sexual violence; family; victim

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
MÉTODO	5
Participantes	5
Procedimento de coleta de dados.....	6
Procedimentos de análise de dados.....	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
E eu?.....	11
Lado de quem?.....	20
Cadê a mãe?.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade a família está tão associada a um lugar essencial para a constituição psíquica da criança que inclusive prevemos, em lei, por meio do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que seria um direito de crianças e de adolescentes de pertencer a um grupo familiar protetivo. Essa perspectiva familista, que tanto articula o desenvolvimento infanto-juvenil ao grupo familiar, vem sendo discutida por diversos psicanalistas, dentre os quais podemos destacar o pediatra e psicanalista Donald Woods Winnicott, com quem particularmente nos identificamos.

Winnicott discorria sobre a importância de um ambiente suficientemente bom ou ambiente facilitador, compreendido como aquele que, por meio da estabilidade e da constância, proporciona de maneira segura que o sujeito experiencie satisfações, ansiedades e conflitos inerentes à vida (Crespo, 2013). Nas palavras de Winnicott (1987/1999, p. 21), “a partir de uma tal base positiva, o indivíduo tem, com o passar do tempo, uma oportunidade de lançar-se no mundo de forma criativa e de desfrutar e usar tudo aquilo que o mundo tem a lhe oferecer, inclusive o legado cultural.” Caso o ambiente apresentasse falhas radicais, existiria, num avesso, a impossibilidade de a criança desfrutar desse legado cultural, guardando em sua memória latente os episódios ocorridos com o seu Eu (Winnicott, 1987/1999).

De fato, mesmo em meio a essa lógica familista, que tanto prioriza o convívio da criança e do adolescente com o seu ambiente familiar, tido a priori como um ambiente protetivo, vemos que nem sempre a família consegue apresentar-se como espaço de cuidado e de amparo, posto que se trata de uma grupalidade altamente complexa, cuja dinâmica relacional está paralelamente imersa num contexto social e atravessada por organizador grupal inconsciente (Gomes & Neves, 2016). Essa incapacidade da família de constituir-se como fator de proteção,

configurando-se, num avesso, em fator de risco, é visível nos casos de violência intrafamiliar (Piana & Bezerra, 2019).

Existem diferentes modalidades de violência no contexto familiar, dentre as quais as mais citadas são a violência física, a violência sexual e a violência psicológica, sendo esta última frequentemente “esquecida”, a despeito de seus impactos nefastos. De maneira análoga, entende-se que a violência que atravessa o campo familiar nem sempre envolve diretamente todos os integrantes daquela grupalidade, mas sempre reverbera, em maior ou menor grau, em todos aqueles que a ela pertencem. É justamente por isso que, na literatura especializada, observamos a distinção entre a vítima direta e a vítima indireta, para referir-se respectivamente à pessoa a quem a violência de modalidade física, sexual ou psicológica foi direcionada, bem como à pessoa que foi exposta indiretamente a uma dessas violências, por vezes chegando inclusive a ouvir ou presenciar uma cena potencialmente traumática (Botega & Zamboni, 2021).

Consideramos importante que essa distinção entre vítima direta e indireta não seja equivocadamente acompanhada pela compreensão de que a primeira manifestaria maior grau de sofrimento do que a segunda, conforme atentam Santos e Moré (2011). Segundo tais autoras, é inclusive possível que a vítima indireta apresente repercussões semelhantes às da vítima direta. Entendemos, contudo, que a adoção dessas terminologias, por parte da comunidade especializada, revela-se valiosa, uma vez que evidencia que o campo da violência intrafamiliar não deve se limitar ao par vítima-agressor, ao contextualizarmos que havia um terceiro sujeito “testemunhando” a cena violenta. Em função dessa percepção mais integrada, é possível compreender que, quando esse terceiro é uma criança ou um adolescente, que se encontra ainda num campo de maior vulnerabilidade, o contato com cenas violentas pode vir a constituir-se, como prevê o ECA, na lei 13.431 de 2017, como uma agressão psicológica.

No presente trabalho, dentre os diferentes tipos de violência intrafamiliar, interessa-nos em especial um tipo que não apenas escancara a desigualdade de gênero do patriarcalismo (Hora

& Paiva, 2017), como, também, a desigualdade de geração de uma cultura adultocêntrica dominadora (Sanchez & Minayo, 2006): a violência sexual infanto-juvenil. Em outras palavras, voltamo-nos a violência intrafamiliar em que o par vítima-agressor é composto respectivamente por uma criança ou adolescente (independentemente do sexo) e alguém do sexo masculino, que representa uma figura paterna para a vítima, sendo esta composição comumente observada nos casos de abuso sexual intrafamiliar (Junior, Cassepp-Borges & Santos, 2015).

Nesses casos específicos, vemos que o terceiro sujeito que tem sido alvo de investigações tem sido a mulher-mãe (Almeida, 2012; Coutinho & Moraes, 2018; Cunha & Dutra, 2019; Gonçalves, Santos, & Pessoa, 2017). Podemos pensar que isso ocorre porque, comumente, os casos de incesto são encobertos por pactos silenciosos (Conselho Federal de Psicologia, 2020), não sendo raro a mulher-mãe, a quem a criança costuma fazer a revelação, quando a faz (Cunha & Dutra, 2019), não dar credibilidade ao relato da vítima ou não promover o afastamento entre vítima e agressor. Nesse sentido, vemos, na literatura especializada, um questionamento acerca do lugar da mulher-mãe na cena incestuosa, que muitas vezes ocupa uma posição de submissão dentro da família, suscitando dúvidas se ela seria uma cúmplice da agressão sexual ou uma vítima indireta que sequer se identifica como tal, ainda mais quando a violência se torna o principal organizador grupal inconsciente daquele coletivo.

Embora consideremos valiosos os estudos dedicados à mulher-mãe na cena incestuosa, no presente trabalho, interessamo-nos em outro integrante do grupo familiar, que tem o potencial de ocupar o lugar de vítima indireta da violência sexual infanto-juvenil perpetrada pela figura paterna: o irmão. Nosso interesse justifica-se uma vez que, na literatura especializada, vemos que são poucos os estudos dedicados ao subsistema fraterno dentro do sistema familiar (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011). Nesse ínterim, o que encontramos são algumas pesquisas recentes que revelam uma perspectiva diferente daquela inaugurada por

Freud (1916/2014), segundo a qual o fraterno suscitaria uma hostilidade entre os irmãos devido à possibilidade de perder ou de ter que dividir um objeto com o outro.

Entre os estudos recentes, deparamo-nos com o de Kehl (2000), para quem a fratria pode vir a constituir-se enquanto uma referência sólida para as identificações horizontais, sendo possível estruturar alianças, afetos e cumplicidades, numa versão distinta da freudiana que a via sobretudo aos moldes de uma rivalidade. Ainda, a autora propõe que entre os irmãos pode ocorrer uma preferência de transmissão de certos saberes e experiências com o objetivo de expressar demandas emergentes não autorizadas pela sanção paterna, fenômeno este nomeado de “circulação horizontal”.

Crespo (2011), debruçado na literatura winicottiana, compartilha dessa perspectiva, entendendo que as crianças ou adolescentes podem, para além das figuras parentais, desempenharem o papel de sustentar um ambiente suficientemente bom ao irmão. Segundo o autor (p.28), esse cuidado suficientemente bom entre os irmãos ocorreria quando “os irmãos se veem convocados a saírem de um lugar de objeto de cuidados, para ocupar uma posição mais ativa de responsabilização com o outro”.

Diante das diferentes possibilidades da função da fratria no ambiente familiar, compreendemos que também são inúmeras as hipóteses de como ela poderá ser afetada no contexto de violência sexual intrafamiliar. No entanto, apesar da complexidade, encontramos apenas três estudos dedicados aos irmãos imersos nessa dinâmica incestuosa. Tratam-se de textos que discorrem justamente sobre a vitimização secundária que atravessa a vítima indireta dessa modalidade de violência intrafamiliar (Cantelmo, Matta, Costa, & Paiva, 2010), assim como sobre a importância de incluí-la na Rede de Proteção, conforme abordado por Rosa (2007). Por último, o estudo de Mello (2016) propôs uma análise psicanalítica de um filme que retrata a dinâmica de irmãos adultos confrontados com a revelação de abuso sofrido por um

deles na infância, descortinando de que maneira a cena incestuosa perpetrada por uma figura parental contra um dos filhos incide sobre a fratria.

A partir disso, entendemos que se faz necessário um olhar para o irmão vítima indireta num triplo sentido: 1) dada a complexidade da fratria, que não esgota as investigações acerca desse subsistema no contexto da violência sexual intrafamiliar; 2) devido à compreensão de que, mesmo não ocupando o lugar de vítima direta, essa criança ou esse adolescente encontra-se inserido num ambiente familiar que se revela pouco protetivo, num avesso do ambiente suficientemente bom tão necessário para o amadurecimento emocional; e 3) dada à constatação de que o irmão (junto à figura materna e demais integrantes desse grupo familiar) podem ser convocados a constituir um ambiente que desperte sentimento de confiabilidade na vítima direta, viabilizando que ela volte a se relacionar com o ambiente de modo seguro. Contudo, para que essas vítimas indiretas da trama incestuosa possam fazer isso, é necessário que elas também se sintam emocionalmente amparadas (Crespo, 2013).

Mediante o exposto, neste trabalho, objetivamos investigar a experiência emocional de crianças/adolescentes, vítimas indiretas da violência sexual infanto-juvenil perpetrada contra os seus irmãos por um agressor do grupo familiar.

MÉTODO

Participantes

Participaram desse estudo crianças e adolescentes que deveriam atender aos seguintes critérios de inclusão: 1) terem entre sete e catorze anos de idade; 2) terem um irmão vítima de violência sexual perpetrada por algum agressor do grupo familiar 3) não possuírem algum comprometimento cognitivo grave que impedisse a sua compreensão acerca da proposta de pesquisa; e 4) não serem vítimas diretas de violência sexual.

Após a aprovação do projeto no Comitê de Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos (CAAE: 67712323.0.0000.5152), acessamos à agenda e aos prontuários de um ambulatório

especializado no interior de Minas Gerais, ao qual já estávamos vinculadas previamente enquanto integrantes da equipe interdisciplinar, onde identificamos participantes pertencentes aos critérios de inclusão pré-estabelecidos. Nesse processo, nos deparamos com irmãos que já estavam previamente agendados no serviço e com aqueles que vieram apenas acompanhar o atendimento, sem estarem agendados. Além disso, mediante a leitura do prontuário, convidamos para participar os irmãos cujas famílias espontaneamente identificaram a necessidade do acompanhamento psicológico e, também, aqueles que a própria equipe compreendeu como importante a sua vinda ao serviço.

Como forma de melhor elucidar o perfil de nossos participantes, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1: Dados dos participantes

Participantes¹	Idades	Suposto agressor	Idades do irmão
Clarice	8	Pai	6
Joana	8	Pai	13
Aurora	8	Pai	12
Manoel	11	Ex- padrasto	5
Pietra	12	Pai	14
Eliza	13	Padrasto	10
Antônio	14	Padrasto	9

Procedimento de coleta de dados

Foram realizadas entrevistas individuais, em torno de 50 minutos de duração, numa sala do referido ambulatório. Assim, enquanto o irmão (vítima direta) e os responsáveis eram atendidos por integrantes da equipe interdisciplinar, em outras salas do ambulatório, conforme o protocolo do ambulatório em questão, os participantes desse estudo concediam a uma entrevista psicanaliticamente orientada, guiada pelas técnicas da associação livre e da técnica

¹ Os nomes dos participantes são fictícios, visando assegurar o anonimato, conforme prevê o Código de Ética em Psicologia.

da atenção flutuante². Desse modo, visando priorizar a fala espontânea dos participantes e a escuta não dirigida da entrevistadora, não foi adotado um roteiro de perguntas a ser usado nas entrevistas.

No entanto, com o intuito de manter a regra da associação livre e, simultaneamente, cumprir com o objetivo científico da pesquisa, durante as entrevistas, adotamos um recurso mediador-dialógico, o que direcionou o participante para a temática desejada, vale dizer, a relação fraterna, os segredos familiares e a violência sexual intrafamiliar. Trata-se de uma estratégia metodológica que vem sendo adotado em pesquisas psicanalíticas como forma de realizar a pergunta de pesquisa de modo menos diretivo possível, conforme descreve Aiello-Vaisberg (1995). Assim, o entrevistador faz uma proposta de atividade na qual o participante e o entrevistador abordam o tema de pesquisa de modo “brincante”, posto que o recurso mediador cria uma espécie de enigma imaginário que só pode ser respondido no diálogo lúdico. Essa proposta garante dois aspectos importantes à entrevista: 1) um cuidado³ ao tratar sobre a temática, priorizando trabalhar e acolher os conteúdos espontaneamente trazidos pela criança/adolescente, sem revelar informações que ainda não foram compartilhados pelo grupo familiar e 2) um diálogo mais acessível à faixa etária dos participantes, pois o recurso proporciona uma linguagem lúdica, que é mais adequada ao campo da infância.

Desse modo, utilizamos como recurso mediador a apresentação de quatro desenhos, os quais foram idealizados por um grupo de pesquisa composto por três discentes do curso de Psicologia e a docente orientadora e, em seguida, ilustrados pela artista Laura Vitória Jager

² A técnica da associação requer que o sujeito associe livremente seu discurso, a fim de eliminar qualquer seleção voluntária do conteúdo. Por outro lado, a atenção flutuante orienta que o analista não dê prioridade prévia a nenhum elemento manifestado pelo analisando durante esse processo (Laplanche & Pontalis, 1961/2001).

³ Vale dizer que o cuidado de não revelar informações fora do conhecimento da criança/adolescente deve-se ao fato de que se trata de uma entrevista sem a finalidade clínica. Nesse sentido, a equipe pesquisadora reconhece a importância da temática ser trabalhada em sua totalidade de forma gradual em um acompanhamento psicoterapêutico.

Silva. Cada ilustração foi apresentada separadamente em uma ordem específica e, após cada desenho, era solicitado à criança ou adolescente que narrasse uma história a partir das lâminas.

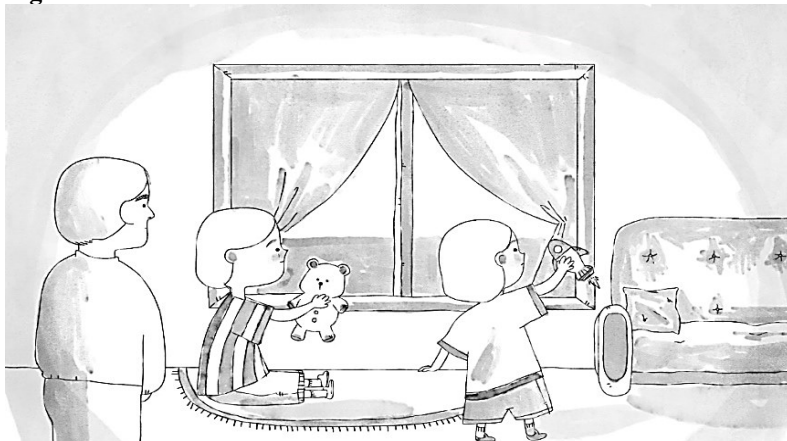
Destaca-se que a ordem de apresentação das ilustrações foi pensada com o intuito de aproximar o participante de maneira gradual ao tema de interesse, apresentando, assim, primeiramente, ilustrações que poderiam ser sentidas como menos ansiogênicas. Em paralelo, a progressão das lâminas revela o desdobramento gradual da própria violência sexual, o qual é marcado por comportamentos, por vezes, imperceptíveis (como o de olhar às crianças/adolescentes) até, de fato, ser concretizado. Nessas duas lógicas, iniciamos com uma ilustração fora de casa, entendendo que a residência é o local em que as violências se desdobravam e adicionamos um sujeito adulto do sexo masculino observando as crianças. Em seguida, a cada próxima ilustração, eram apresentadas situações que pudessem remeter a uma tensão compartilhada entre os irmãos, conforme apresentado na sequência abaixo:

Figura 1 – “Lado de fora”



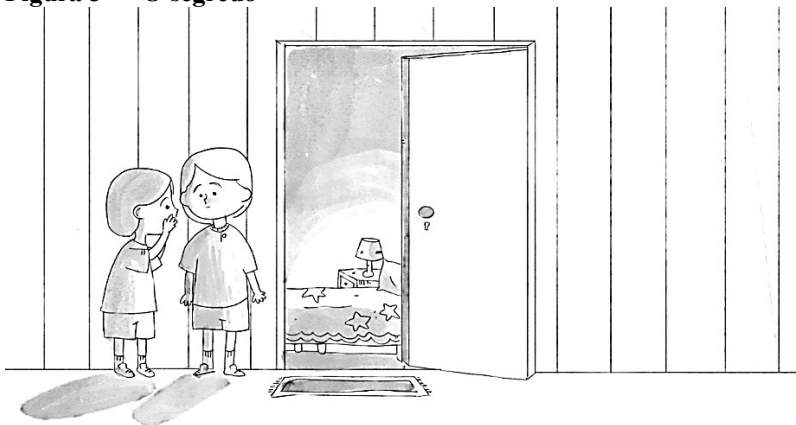
Fonte: Ilustração realizada por Laura Jager (2023)

Figura 2 – “Lado de dentro”



Fonte: Ilustração realizada por Laura Jager (2023)

Figura 3 – “O segredo”



Fonte: Ilustração realizada por Laura Jager (2023)

Figura 4 – “A sombra”



Fonte: Ilustração realizada por Laura Jager (2023)

Procedimentos de análise de dados

Com a finalidade de apresentar o “acontecer clínico”, levando em consideração as percepções e sentimentos do próprio investigador (Aiello-Vaisberg & Machado, 2005), ao final de cada entrevista era redigida uma narrativa transferencial, que consiste numa produção textual, elaborada pelo pesquisador, que não se propõe a realizar uma réplica do encontro. Nesse sentido, o objetivo das narrativas é apresentar a experiência vivida, abarcando as associações livres da criança ou do adolescente diante das ilustrações apresentadas, bem como as impressões contratransferenciais, ou seja, as reações emocionais evocadas na própria entrevistadora ao longo da entrevista.

Em seguida, o conjunto das narrativas transferenciais derivadas das entrevistas realizadas foi analisada psicanaliticamente, em contexto de grupo de pesquisa, sendo retomadas novamente as técnicas da associação livre e da atenção flutuante. No entanto, nessa etapa, o material foi organizado de acordo com a Teoria dos Campos do psicanalista brasileiro Fábio Herrmann. Conforme essa teoria, o psiquismo é atravessado por diferentes campos (Herrmann, 2009), sendo que cada campo opera como regulador da percepção do indivíduo frente aos fenômenos da realidade, ou seja, determinando a maneira que o mundo é interpretado por aquele indivíduo (Sanches & Cardoso, 2006). Em outras palavras, segundo Herrmann (2006), os campos seriam os determinantes lógico-emocionais responsáveis pelas manifestações/posicionamentos do indivíduo frente à realidade.

Em um contexto clínico, o objetivo do uso da Teoria dos Campos seria o de identificar os campos habitados por cada paciente, atentando-se para aqueles que fazem o sujeito paralisar diante da realidade, a fim de promover a sua ruptura e possibilitar a construção de novas representações ao sujeito (Sanches & Cardoso Jr, 2006). Entretanto, no contexto dessa pesquisa, utilizamos da Teoria dos Campos para identificar quais são os campos habitados pelos

participantes que atravessariam a sua experiência emocional de serem irmãos das vítimas diretas de violência sexual intrafamiliar, sem o objetivo de rompê-los.

Após a identificação dos campos habitados pelos participantes, no que diz respeito à experiência emocional de serem irmãos das vítimas diretas de violência sexual intrafamiliar, foi feito um diálogo entre os campos com a leitura especializada sobre a temática da fratria e da violência sexual intrafamiliar com referencial teórico psicanalítico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise psicanalítica das sete narrativas transferenciais, identificamos os campos intitulados “E eu?”, “Lado de quem?” e “Cadê a mãe?”, os quais serão apresentados detalhadamente a seguir:

E eu?

“(...) Se alguém nos olha nos multiplica.
 Passamos a ser dois.
 Somos duas meninas dos olhos.
 Mas no olhar do meu avô eu só podia ser um.
 E ser dois é ter um companheiro para aventurar, outro irmão para as errâncias (...)
 Só quem tem um olhar de vidro não reflete isso.
 Meu avô me reduzia, me fazia solitário.
 Eu me sentia único, órfão, sem portas para saída (...)”

Trecho do livro “O olho de vidro de meu avô” – Bartolomeu Campos

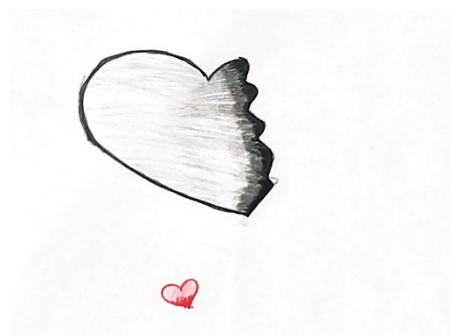
O campo “E eu?” versa sobre as fantasias apresentadas pelos participantes de qual seria o lugar por eles ocupado na trama da violência sexual intrafamiliar, com os participantes apresentando sofrimento psíquico radical, seja de modo escancarado, seja de modo mais silencioso. Para ilustrar o primeiro tipo de manifestação, apresentamos o trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Pietra:

Pietra, de 13 anos, compareceu ao ambulatório convidada pela equipe, após sua mãe e sua irmã mais velha de 14 anos (que havia sido vítima de violência sexual perpetrada pelo pai delas) terem comparecido ao ambulatório. No dia da entrevista, antes que Pietra e eu nos

dirigíssemos para uma sala em que pudéssemos conversar separadamente⁴, sua mãe comentou que estava preocupada com Pietra, que estava apresentando choros intensos e frequentes “muito do nada” e voltara a se cortar recentemente. Embora, nesse momento, a adolescente tenha se mantido timidamente calada, quando fomos para a sala separada e nos vimos a sós, Pietra se queixou de sua mãe por ela não ter reparado que a automutilação nunca havia sido interrompida, sendo preciso sua irmã mais velha avisá-la sobre essa situação. Vendo que ela parecia ter necessidade de conversar mais sobre isso, ao invés de já lhe apresentar os desenhos da pesquisa, sugeri que fizéssemos desenhos, já que a adolescente havia comentado comigo que recorria a eles para se expressar. Enquanto desenhávamos, Pietra me contou sobre o dia em que ela soube da violência sexual que havia sido cometida por seu pai contra a sua irmã, dia esse em que sua irmã estava trancada no quarto e seus pais estavam brigando entre si. A adolescente me diz que, nesse momento, logo deduziu o que poderia ter ocorrido porque se lembrava que, quando tinha oito anos de idade, achou estranho o seu pai entrar sem camisa e alcoolizado no quarto em que ela, a irmã e a prima se encontravam. Embora nesse dia nada tenha ocorrido, Pietra me conta que, desde então, passara a ficar desconfiada em relação ao pai. Por associação livre, Pietra retoma o dia em que foi realizada a denúncia contra o seu pai, em que os policiais lhe perguntaram se havia acontecido algo e ela disse não. Fiquei confusa com a sua resposta, por ter compreendido que ela dissera “não” para o que aconteceu com a irmã, e a questiono sobre isso. Pietra rapidamente esclarece dizendo que havia dito “não”, porque nada havia ocorrido com ela, apenas com a sua irmã. Em seguida, ela continua sua narrativa dizendo que suspeitava de seu pai também ter violentado sexualmente uma amiga.

⁴ Os atendimentos no ambulatório funcionam de forma individual, permanecendo a família em uma sala, enquanto a vítima direta é convidada para o atendimento lúdico individual. Essa proposta tem o objetivo de oferecer escutas cuidadosas sem que a criança/adolescente seja exposta ao sofrimento do responsável.

Nesse momento, Pietra me disse que havia finalizado o seu desenho, me contando que havia feito uma ilustração de um coração queimado.



Após conversarmos sobre os nossos desenhos, propus apresentar-lhe os desenhos que compunham o recurso mediador da entrevista, o que ela aceitou prontamente. Me chamou a atenção que, ao longo da apresentação dos desenhos, Pietra inventou uma narrativa de que um “parente” (que depois ela associa à figura do pai) ficava observando as irmãs e deixando-as desconfortáveis, com a diferença de que a irmã mais velha se mostrava mais preparada, porque já sabia o que iria acontecer, ao contrário da irmã mais nova, que não sabia de nada e por isso estava triste. Quando já estávamos no último desenho, Pietra retornou ao terceiro deles e disse que, naquele momento, a irmã mais velha contou à mais nova aquilo o que iria acontecer. Ao final, quando me reuni com a equipe interdisciplinar que havia atendido a mãe e a irmã de Pietra, soube que Pietra havia passado mal, após a revelação da violência sexual sofrida por sua irmã mais velha, dizendo que achava que poderia estar grávida.

A partir desse material, vemos que a participante encontrava-se tão atravessada pela violência sexual que, ao mesmo tempo em que sabia que não havia sido vítima direta de violência sexual, tal como a sua irmã, apresentava fantasias de que poderia ter sido, o que fica evidente em três momentos: 1) quando, na apresentação dos desenhos, ela inventa uma narrativa em que as irmãs são igualmente observadas pelo pai, tal como de fato ocorrera no episódio narrado por ela de quando ela tinha oito anos; 2) quando a entrevistadora fica contratransferencialmente confusa com a resposta que Pietra teria dado aos policiais sobre se algo teria ocorrido com ela também; e 3) quando a mãe da participante revela que, ao saber da

violência sexual sofrida pela irmã, ela teria confundido o seu lugar na cena incestuosa a ponto de temer estar grávida do pai, como se se tratasse de uma vítima direta.

Seria possível, num primeiro momento, pensarmos que essa fantasia de Pietra comunicava um temor generalizado em relação ao pai, que passaria a ser visto não apenas como o agressor sexual de sua irmã mais velha, mas, também, de sua prima, de sua amiga e de si mesma, numa espécie de fenômeno de contágio. Trata-se de algo também encontrado por Rosa (2007), em cuja pesquisa observou que havia irmãos que expressavam o temor de também serem vítimas de violência, temor esse que não necessariamente seria irracional, sendo comum os casos em que os irmãos mais velhos são os primeiros a sofrer o abuso sexual e, posteriormente, quando denunciam ou se recusam a permanecer naquela situação, os irmãos mais novos passam a ser eles os vitimizados. Nessa lógica, podemos pensar que Pietra revelava, num só tempo, conteúdos fantasiosos que não estariam totalmente distantes das dinâmicas familiares incestuosas.

Entendemos que, mesmo que a participante não tenha sido vítima direta da violência sexual perpetrada pelo pai, o fato dela fantasiar que poderia ter sido e, inclusive, apresentar condutas autolesivas num ataque contra o seu corpo, expressa emblematicamente o fenômeno da vitimização secundária, conforme apontam Sinclair e Martínez (2006). Segundo as autoras, este processo engloba as repercussões traumáticas de intensidade e características semelhantes àquelas sofrida pela vítima direta, mas que são experienciadas pelos outros membros da família. Apesar do estudo citado focalizar nas mulheres-mães, Cantelmo et al. (2010) constataram que os irmãos também podem manifestá-la, ainda que não recebam o mesmo destaque na literatura científica.

Chama a atenção, no entanto, que Pietra só é trazida ao ambulatório dedicado a vítimas de violência sexual devido ao nosso pedido, e não devido à compreensão de sua mãe ou a dos demais profissionais da Rede de Proteção de que ela estaria apresentando sofrimento psíquico

radical frente à violência sexual sofrida pela irmã. Nesse sentido, o campo “E eu?” versaria sobre a dúvida dos irmãos vítimas indiretas sobre quem se ocupará deles, mais do que sobre a dúvida se eles também teriam sido vítimas diretas da violência sexual intrafamiliar.

Notamos que esse “não-lugar” que tem sido atribuído aos irmãos vítimas indiretas abarca não somente os casos em que eles apresentam escancaradamente sofrimento psíquico, como no caso de Pietra, mas, principalmente, os casos em que esse sofrimento psíquico é manifestado de modo mais silencioso, como no de Aurora:

Aurora, de oito anos, veio ao ambulatório acompanhando sua mãe e seu irmão mais velho (12 anos). Ela havia sido chamada para comparecer ao ambulatório devido ao fato dela ter flagrado o seu irmão sendo vítima de violência sexual perpetrada pelo pai deles. Dois aspectos me chamaram a atenção tão logo vi esse grupo familiar: o fato de as duas crianças terem problemas de pele – uma alergia com aspecto de feridas não cicatrizadas - e o fato de que Aurora parecia ser mais velha do que seu irmão, não apenas devido a sua estatura maior que a dele, mas, também, por se mostrar mais comunicativa e desenvolta no diálogo com a equipe do ambulatório. Ao longo de minha entrevista individual com Aurora, quando perguntei se ela sabia o motivo de ter sido trazida ao ambulatório, a criança relatou todo o episódio de violência sexual sofrida pelo irmão e explicou as medidas de proteção, utilizando de palavras que se assemelhavam ao discurso de um adulto. Em determinado momento, Aurora chegou a me dizer sobre o seu temor de ser gravada sorrindo para o seu pai ou para a sua madrasta, pois o “governo” poderia compreender equivocadamente que ela gostaria de retomar o contato com eles. Ela também me disse que se sentia muito mal com o ocorrido, dizendo sentir o mesmo que o irmão e falando frases como “Sinto até na minha pele” e “A minha vida acabou pelo o que meu pai fez”. Talvez justamente por ter ficado impactada contratransferencialmente com o fato de a criança apresentar um sofrimento, ao notar que ela não havia sequer se movimentado no sentido de brincar, apesar de estarmos em uma sala lúdica, sugeri de cada

uma de nós fazermos um desenho. Aurora aceitou prontamente, desenhando dois personagens, sendo um deles maior e com características adultas, enquanto o outro era bem menor, representando, conforme a própria participante afirmou, ela mesma e o irmão, respectivamente. Ela me disse que daria o desenho para o irmão, que, naquele momento, estava sendo atendido por outros profissionais do ambulatório em sala separada. Diante disso, decido que entregaria a minha ilustração à Aurora, pensando que, assim como ela estava preocupada em cuidar de seu irmão, eu estava ocupada em ter um gesto de cuidado para com ela. Quando terminamos nossos desenhos, apresentei as lâminas para Aurora, sendo que o que me chamou a atenção foram as suas respostas em relação à primeira e a última delas. Mediante a primeira lâmina (lado de fora), Aurora associou os personagens a ela e ao irmão e imaginou que estariam conversando sobre como escaparem do pai. E, na quarta lâmina (sombra), ela imaginou que estaria consolando o irmão, numa postura protetiva para com ele.

A partir dessa vinheta, vemos que, ao mesmo tempo em que Aurora se mostrava sobretudo preocupada com o irmão, fazendo inclusive um desenho, ao longo da entrevista, que pudesse ser entregue a ele ao final, apresentava, de maneira silenciosa, um sofrimento psíquico radical, tanto que, ao ser apresentada à primeira lâmina, associa que as duas crianças precisavam encontrar um meio de fugir do pai, não fazendo uma discriminação entre qual delas seria a vítima direta e qual seria a vítima indireta. Desse modo, embora a participante tenha elaborado um desenho em que ela se apresentava com características adultocêntricas, se comparada à imagem do irmão desenhado, foi possível observar que ela se identificava maximamente com a dor do irmão, “sentindo na pele” a dor experienciada por ele e inclusive compartilhando com ele dos mesmos sintomas dermatológicos.

Entendemos desse modo que, embora Aurora não recorresse às condutas autolesivas para expressar o seu mal-estar emocional de modo tão escancarado como o fazia Pietra, tinha um corpo também marcado, que emitia, mesmo que timidamente, sinais de sofrimento psíquico

significativo. Compreendemos, assim, que a diferença entre ambas participantes residiria apenas no fato de que cada uma delas comunicava de modo particular o impacto da violência sexual intrafamiliar sofrida: enquanto a primeira fantasiava estar grávida do pai e clamava para que notassem os cortes em seu corpo, a segunda já se movimentava no sentido de cumprir junto ao irmão vítima direta uma espécie de parentalização.

De fato, conforme apontam Goldsmid e Féres-Carneiro (2011), a fratria pode exercer uma suplência parental, de modo que, na ausência dos pais, os irmãos podem exercer um suporte familiar uns aos outros. Podemos pensar que Aurora ilustra emblematicamente essa dinâmica, descortinando que, mesmo sendo mais nova do que o seu irmão vítima direta da violência sexual, ainda assim ocupava um papel cuidador em relação a ele. Aqui seria possível nos indagarmos se, em certa medida, todos os irmãos, independente da posição ocupada na fratria (sejam eles os irmãos mais velhos ou os mais novos) não acabam sendo convocados a exercer um papel de cuidador do irmão vítima direta, quando a família é atravessada pela trama do incesto.

Crespo (2013), entretanto, problematiza que, quando se trata de crianças/adolescentes, apesar de os irmãos terem condições de exercer um cuidado suficientemente bom entre si, ainda assim as figuras parentais fazem-se necessárias; caso contrário, há o risco de a criança/adolescente que está se ocupando de cuidar do irmão padecer com o excesso de responsabilidade, vindo a desenvolver um falso *self*. Segundo Lejarraga (2008), o falso *self*⁵ é um mecanismo defensivo para proteger a estrutura psíquica por meio da cisão no momento em que o sujeito se depara com falhas traumáticas no ambiente que podem causar sofrimentos

⁵ O falso *self* é um conceito desenvolvido por Winnicott (1960/1983) que descreve uma condição emocional caracterizada por ser uma postura defensiva adotada quando o sujeito se sente invadido pelo ambiente. Nesse funcionamento, apesar de se apresentar socialmente adaptado ao seu ambiente, na realidade, o indivíduo oculta o seu verdadeiro eu, ou seja, o seu “*self*” autêntico, em favor de um “falso *self*”, resultando na impossibilidade de enfrentar o seu próprio sofrimento, de acessar sua espontaneidade e autenticidade.

intoleráveis. Essa situação pode impedir o acesso com o verdadeiro “si mesmo”, o que acarreta no sacrifício da espontaneidade, originalidade criativa e um afastamento da vida cultural, da capacidade simbólica e de se sentir real. Desde essa perspectiva, seria possível nos perguntarmos se Aurora que apresentava dificuldades para brincar e, quando o fez a convite da entrevistadora, optou por fazer um desenho como gesto de cuidado para o irmão vítima direta, não teria revelado uma postura dissociativa do tipo falso *self*, sem conseguir inclusive entrar em contato com as suas próprias necessidades de cuidado.

Mas, independentemente se o sofrimento psíquico dos participantes estava sendo comunicado de modo escancarado ou de modo silencioso, observamos, a partir do campo “E eu?”, que o mal-estar emocional experienciado por eles era de certo modo negligenciado pela Rede de Proteção, como se estivessem num campo de invisibilidade. No caso específico de Aurora, podemos pensar que ela só havia sido encaminhada para o ambulatório especializado em vítimas de violência sexual, diferentemente do que ocorrera com Pietra, porque Aurora havia flagrado a cena incestuosa entre seu pai e seu irmão. Ainda assim, caberia nos questionarmos se o encaminhamento dela havia se dado em função da compreensão de que o fato dela ter presenciado a violência sexual a colocava numa condição de vítima indireta bastante exposta à violência sexual, que demandaria para si cuidado integral, ou se porque ela era tida como uma testemunha que poderia contribuir para o relato integral da dinâmica familiar incestuosa.

Rosa (2007) problematiza sobre essa inserção das testemunhas da violência sexual infanto-juvenil na Rede de Proteção, pontuando que essa inclusão tem se dado meramente pelo fato deste terceiro ser aquele capaz de romper com o pacto de silêncio perpetuado nestes episódios. Nesse sentido, a criança/o adolescente que flagrou a cena, embora receba uma certa “atenção”, é em geral convocada para produzir evidências forenses, e não para ser de fato ouvida e acolhida. Entendemos que seria possível ampliarmos essa discussão da autora

pontuando que, nos casos em que as vítimas indiretas não se enquadram na categoria de testemunhas, como observamos no caso Pietra, nem sequer seriam inseridas na Rede de Proteção.

De nossa parte, entendemos, afinadas à Rosa (2007, p. 70), que “observar ou escutar episódios de violência doméstica ou, de alguma maneira, estar consciente da ocorrência desse tipo de situação pode deixar marcas profundas, prejudicando o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças e adolescentes ao longo da vida”. Nesse sentido, a distinção entre vítima direta e indireta, na trama familiar incestuosa, perderia o sentido, uma vez que poderia levar à suposição equivocada de que haveria diferentes graus de vítimas atravessadas por graus distintos de sofrimento (Santos & Moré, 2011) e, consequentemente, a uma postura negligente da Rede de Proteção para com aqueles que são identificados enquanto vítimas indiretas.

Em paralelo a esse debate, poderíamos interpretar que a ilustração de Pietra evidencia a forma como trabalhamos com os membros das famílias que experienciaram uma violência sexual intrafamiliar, em que facilmente reconhecemos o grande coração queimado da vítima direta, não ampliando o nosso campo visual para o pequeno coração vermelho da vítima indireta. Por outro lado, entendemos que a entrevistadora procurou romper com essa dinâmica quando intencionalmente realizou uma ilustração para Aurora, como uma forma de proporcionar um *holding*⁶ àquela criança que tanto ocupava-se dos cuidados de seu irmão, vítima direta, deixando-se de lado. Podemos pensar que esse teria sido um manejo clínico numa tentativa de romper com o “não-lugar” experienciado pela vítima indireta, revelando à participante que o seu sofrimento estava sendo reconhecido e cuidado naquele encontro.

⁶ Winnicott (1964/1999) introduz o conceito de *holding* materno, referindo-se à sustentação do bebê no ambiente em que ele se encontra. Isso envolve o cuidado inicial capaz de manter um ambiente calmo, seguro e de oferecer condições favoráveis às suas necessidades ambientais. A partir dessa compreensão, percebemos que o profissional pode proporcionar *holding* a partir do *setting* clínico, a fim de estabelecer um vínculo confiável e permitir que o paciente reconstrua a confiança no ambiente que havia apresentado falhas e causado trauma (Lejarraga, 2008).

Lado de quem?

“(…) Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo (...) e vivo escolhendo o dia inteiro!
Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranquilo.
Mas não consegui entender ainda qual é melhor: se é isto ou aquilo.”
Cecília Meireles – ou isto ou aquilo

O campo “Lado de quem?” versa sobre os sentimentos de dúvida e de desconfiança manifestados por alguns dos participantes no tocante à violência sexual intrafamiliar. Deparamo-nos, dentro desse campo, com alguns participantes que hesitavam em relação em quem confiar mediante o relato de violência sexual. Essa questão fica evidente no trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Manoel:

Manoel, de 11 anos, compareceu ao ambulatório acompanhando seu meio irmão, de cinco anos, e sua mãe. Enquanto o seu meio irmão e sua mãe eram atendidos pela equipe interdisciplinar devido à suspeita de que a criança pudesse ter sido vítima de violência sexual perpetrada pelo pai (nesse caso, ex-padrasto de Manoel), aproveito e convido o pré-adolescente, que não tinha com quem ficar⁷, para conversarmos. Quando pergunto se Manoel sabia o motivo de seu meio irmão vir ao serviço, ele responde que “foi porque o pai dele sufocou ele, não foi?”. Questionei quem lhe havia contado sobre essas agressões físicas, ao que Manoel afirma ter sido sua mãe. Ele me explica que ele e seu meio irmão jamais haviam conversado entre si sobre esses episódios de violência física. Em contrapartida, ele me diz que seu meio irmão sempre lhe contara sobre o pai falar com ele sobre “colocar o dedo no

⁷ Embora não estivesse previamente agendado, por se tratar de um pré-adolescente, entendemos que não era possível ele participar do atendimento familiar, pois a mãe poderia trazer temáticas de difíceis compreensões para a faixa etária do participante. De maneira análoga, entendemos que ele não poderia acompanhar o irmão no atendimento lúdico, porque a sua presença poderia interferir em sua escuta especializada. Diante disso, foi necessário que a equipe disponibilizasse uma outra sala e outro profissional da Psicologia para Manoel, garantindo a qualidade dos demais atendimentos e, ao mesmo tempo, o cuidado de não expor o pré-adolescente ao sofrimento dos membros familiares atendidos naquele momento.

bumbum” e a medir com Manoel “qual pipiu ficaria mais duro”. Questiono o que ele achava dessas falas e logo Manoel me diz que, embora não soubesse se eram mentiras de seu meio irmão, contou para a mãe deles, o que inclusive havia motivado a busca dela pelo atendimento ambulatorial. Nesse momento, observo uma confusão no discurso do pré-adolescente: afinal, a vinda de seu meio irmão ao ambulatório teria se dado pelas violências físicas (conforme ele havia me dito inicialmente) ou devido à suspeita de uma violência sexual (como ele me dizia naquele momento)? Apesar de contratransferencialmente ficar também confusa, não faço nenhum assinalamento pontuando essa confusão. Quando apresento as ilustrações, em especial a terceira delas (o segredo), Manoel inventa uma história de que o irmão mais novo teria confiado ao irmão mais velho o seu plano de faltar na escola no dia seguinte. Quando apresento a quarta imagem (a sombra), ele continua sua narrativa dizendo que o irmão mais novo estava triste porque o irmão mais velho teria delatado o seu segredo para a mãe. Assim, o participante associa que a imagem da sombra equivaleria à sombra da figura materna, que estaria brava e indo em direção às crianças. E inventa que o irmão mais velho estaria dizendo, ao mais novo, algo como: “Sinto muito, mas vou ter que contar”.

Vemos, a partir desse material, o clima de desconfiança que atravessava o Manoel: ele dizia não saber se tratavam de mentiras da parte de seu meio irmão e, durante a apresentação das ilustrações, inventa uma história em que o personagem do “irmão mais velho” teria contado à mãe algo de errado que o irmão mais novo estava tramando, num movimento mais de denunciá-lo do que de protegê-lo. É possível pensarmos que esse campo de desconfiança também teria atravessado (con)transferencialmente a entrevista, já que a entrevistadora é invadida pela dúvida se Manoel (des)conhecia o motivo do atendimento ambulatorial.

Algo que nos chama a atenção é que, embora Manoel nutrisse dúvidas acerca da suspeita de que seu meio irmão pudesse ter sido vítima de violência sexual, a violência física por ele sofrida (inclusive, em relação ao mesmo agressor) já era prontamente legitimada. Isto posto,

seria possível nos indagarmos se a sua tensão em se posicionar-se (ou não) ao lado do meio irmão estaria também atravessada por aspectos sociais que colaboram para o não reconhecimento de meninos enquanto vítimas de abuso sexual.

Conforme Camargo (2022), embora toda violência sexual infanto-juvenil esteja associada em maior ou menor grau a um silêncio por parte da vítima, justamente por envolver, na maioria das vezes, coerção praticada por um adulto com maior autoridade em relação à criança/ao adolescente, o silenciamento de meninos vítimas de violência sexual tenderia a ser mais frequente, uma vez que tangencia não somente a construção histórica e social da própria natureza da violência, mas também as concepções enraizadas sobre o masculino e o ser homem. Assim, justamente devido às representações socialmente compartilhadas sobre o “ser masculino” e à heterossexualidade, haveria uma dificuldade por parte de meninos violentados sexualmente de se apresentarem desse modo e assim serem reconhecidos (Camargo, 2022).

Moreira e Sousa (2012) refletem que essa representação social do gênero masculino, que tanto dificulta os homens de serem vistos em um lugar de dominados, no campo da sexualidade, é também o que acaba fomentando que os meninos estejam mais associados à violência física, por serem tidos como menos dóceis e passivos do que as meninas. Isso justificaria inclusive o posicionamento de Manoel, que parecia enxergar mais facilmente o meio irmão como vítima de agressões físicas do que o de reconhecê-lo desde o lugar de um menino vítima de abuso sexual.

Notamos, entretanto, que, independentemente de Manoel ser atravessado por um clima de desconfiança em relação à revelação da violência sexual sofrida por seu meio irmão, optou por revelar a situação a uma figura protetora, possibilitando que alguém capacitado pudesse tomar medidas protetivas em relação ao meio irmão vítima direta. É possível inclusive pensarmos que o fato de o participante, diante da lâmina 4 (a sombra), inventar que o personagem do irmão estaria pedindo desculpas para a outra criança, por precisar contar o seu

segredo para outra pessoa, indique que o conflito vivido por ele, mais do que estar associado à dúvida sobre acreditar ou não acreditar, estivesse associado a uma preocupação mediante as consequências da sua denúncia. Segundo Cantelmo et al. (2010), de fato, uma das principais dificuldades enfrentadas pelas vítimas indiretas no cenário da violência sexual intrafamiliar perpetrada contra os seus irmãos envolve justamente o fato deles também fazerem parte do sistema de segredo e acobertamento da cena incestuosa, com a criança/adolescente ficando temerosa mediante as consequências de sua revelação frente à revelação que lhe foi confiada pela vítima direta.

Nesse sentido, seria possível pensarmos que Manoel comunicava, desde o campo “Lado de quem?”, não apenas dúvidas acerca da veracidade do relato da vítima direta de violência sexual intrafamiliar, mas, também, dúvidas acerca de como se movimentar mediante a revelação da violência sexual. De todo modo, entendemos que o fato de Manoel inicialmente ter sido deixado do “lado de fora” do atendimento ambulatorial, vindo a comparecer ao ambulatório apenas porque a sua mãe não tinha com quem deixá-lo naquele dia, não favorecia para que ele pudesse adentrar na cena incestuosa da qual ele tanto fazia parte, o que poderia inclusive auxiliá-lo a compreender o que estava ocorrendo e a posicionar-se acerca de “qual lado ficar”.

Outros participantes também se apresentaram dentro do campo “Lado de quem?”, dentre as quais a participante Eliza:

Eliza, de 13 anos, comparece ao serviço convidada pela equipe ambulatorial, já que havia sido a ela que a sua irmã, de 10 anos, havia revelado a violência sexual que estava sofrendo da parte do padrasto delas. Constava, no relato do atendimento prestado à irmã de Eliza no Pronto Socorro, que a vítima direta havia insistido, na ocasião, pela realização do exame médico, já que sua mãe não acreditava no abuso sexual. Durante a nossa entrevista, realizada no ambulatório, enquanto sua mãe e sua irmã eram atendidas pelo restante da

equipe, ela me conta que sua irmã é mentirosa e, quando a indago se existia uma mentira contada pela irmã que a chateou, ela responde: “Vocês já sabem qual é”. Eliza me conta que, assim que sua irmã lhe contara sobre a violência sexual, ela mesma foi indagar o padrasto sobre o relatado. No entanto, ele negou tranquilamente e, como se nada tivesse acontecido, foi trabalhar, fazendo com que a adolescente duvidasse da irmã, dado o seu raciocínio de que se realmente tivesse feito o que a irmã disse, poderia ter sumido completamente de suas vidas, o que não foi o caso. Emocionada e cabisbaixa, Eliza repete várias vezes sobre possuir dúvidas e não saber o que aconteceu, já que o padrasto sempre havia sido bom para elas e, inclusive, apesar de já ter ficado sozinho com ela várias vezes, jamais fizera algo contra ela. Por associação livre, ela me conta sobre já ter sido vítima de violência física perpetrada por seu pai biológico, o que despertava nela o sentimento de não saber o que é ter um pai ou o que seria uma relação pai-filha. Com o semblante tensionado, ela gesticula com as mãos como se fosse arranhar o próprio rosto e diz: “Eu sinto muita raiva”. Pergunto como ela lida com esse sentimento, ao que ela responde que o contém dentro de si, por vezes se cortando, ou, então, escrevendo, dançando ou andando de skate. Percebo os excessos do seu sofrimento que transbordam para o corpo e, assim, sugiro realizarmos uma escrita no atendimento. Com o seu aceite, a adolescente escreve o seguinte poema:

Sou só queria entender. Não entendo o porquê ele fazia isso
 Simplesmente ele é incrível, porém tenho minhas dúvidas
 Não confio em nenhum homem e nem nela, porque ele
 fazia isso com ela? e não comigo, tenho mais corpo
 e eu estava do lado dela, ~~eu~~ só queria que tudo
 fosse um sonho — perado. Já tenho problema demais: —
 toda dia eu fico tentando ser uma boa pessoa
 porém as coisas desse mundo me gera revolta, tenho
 ansiedade, mas não falo com ninguém, não quero que
 sintam pena

No momento em que Eliza escrevia o seu poema, eu desenhava uma paisagem noturna, com várias flores, pensando em entregar a ela. Algo que me chamou a atenção foi que pela primeira vez eu fazia um desenho de uma cena noturna, durante algum atendimento, talvez, por contrtransferencialmente estar tão afetada pela “escuridão” que atravessava a participante. Ao terminarmos nossas produções, entrego minha ilustração à Eliza, que sorri e me diz: “Eu gosto muito de flores, sabia?”, demonstrando ter extravasado a raiva que havia gesticulado. Leio o seu poema em silêncio e sou tomada por dúvidas também, no sentido se deveria apresentar as ilustrações da minha pesquisa. Apesar disso, mostro as imagens e Eliza, embora hesitante, começa a associar em cima de cada uma delas, mesmo que fazendo pausas silenciosas após a narrativa de cada desenho. Me chamou a atenção que, na apresentação do último desenho (a sombra), ela inventa que se tratavam de dois irmãos com medo da sombra, mas logo afirma: “Eu não entendo, eu não sei o que está acontecendo”, reproduzindo o seu sentimento de insegurança frente ao discurso opositor entre sua irmã e seu padrasto. Ao final, após pensar por um tempo, ela me diz: “Eu realmente não sei”.

A partir desse material, deparamo-nos com a oscilação de Eliza, que, a princípio, tem uma postura protetiva para com a irmã, tanto que chega a confrontar o padrasto e, depois, a desfaz após a resposta dele, apresentando uma postura desconfiada em relação a irmã, descrita como mentirosa.

Assim, enquanto no material relativo à Manoel, foi possível tecer reflexões sobre a dificuldade dele em legitimar a violência sexual sofrida pelo irmão à luz de questões de gênero, seria possível pensarmos que, no caso de Eliza, a dificuldade em acreditar no relato da irmã estivesse associada ao fato dela já ter sido vítima de violência física perpetrada pelo pai biológico, de modo que o padrasto era vivido por ela, em contraposição à figura paterna originária, como aquele com quem ela havia sido capaz de nutrir um sentimento de filiação. Em outras palavras, seria possível que a dificuldade de Eliza estivesse associada ao temor de

vivenciar mais uma vez o desmoronamento daquela unidade familiar (recomposta), que se encontrava ameaçada mediante a revelação da violência sexual intrafamiliar?

Esse receio frente ao possível desmoronamento familiar, que por vezes leva à negação em relação à revelação, é algo que já foi discutido na literatura especializada, envolvendo, no entanto, as mulheres-mães. Geralmente o enfoque recai sobre elas uma vez que é a elas que são endereçadas críticas pela desproteção e desestruturação da unidade familiar, o que pode ter como consequências as perdas de status social, para além do comprometimento financeiro (Ramos, 2010).

Não raro, para negar a realidade ameaçadora inaugurada com a revelação da violência sexual intrafamiliar, tais mulheres-mães praticam o desmentido⁸, numa tentativa defensiva de recusar a existência do conhecimento sobre o fato (Freud 1927/2014). Chama-nos a atenção, que, a partir do campo “Lado de quem?”, os participantes revelaram que, de maneira análoga às mulheres-mães, os irmãos parecem também ser atravessados por angústia radical que desencadeia a necessidade de igualmente negar a violência sexual relatada. Observamos, então, que assim como os estudos apontam uma tendência de a figura materna empregar argumentos para defender o suposto agressor, mediante a incapacidade psíquica de legitimar o terror do incesto e o conseqüentemente esfacelamento familiar (Ramos, 2010), é possível que os irmãos façam o mesmo.

Vemos, a partir desse panorama que, de forma semelhante ao Manoel, Eliza demonstra uma oscilação em sua resposta ao relato de violência sexual, revelando tanto a capacidade de reagir a ele (quando questiona o padrasto) quanto a dificuldade em reconhecê-lo como verdadeiro (quando nomeia a irmã de mentirosa). No entanto, sua dualidade pode ser interpretada com base no conflito de lealdade exposto por Cantelmo et al. (2010), pois, diferente

⁸ O conceito de desmentido foi introduzido pelo psicanalista Ferenczi (1931/2011), que descreve essa ideia como sendo a negação por parte do adulto de que algo realmente aconteceu com a criança. Nas palavras dele, "O pior é, de fato, o desmentido, a afirmação de que nada ocorreu, de que a criança não sofreu e até mesmo ser castigada e repreendida quando ela manifesta a paralisia traumática patogênica..." (p. 91).

de Manoel, a adolescente apresenta um vínculo afetivo com o padrasto, ainda que desconfie de que ele possa ter oferecido risco a sua irmã. Nessa lógica, para além de qualquer ressentimento de Eliza com a irmã ou o padrasto, a adolescente revela o seu desejo de manter o contato com ele, caracterizando um conflito entre o desejo de permanecer ao seu lado e a compreensão de que ele fez mal a sua irmã. Desse modo, vemos que há uma ambivalência em seu discurso frente à relação fraterna, em que a adolescente apresenta momentos nos quais acredita na sua irmã, o que a leva a questionar o padrasto e, em outras situações, demonstra acreditar menos, descrevendo-a como uma mentirosa.

Também devemos considerar até que ponto a própria legislação, devido às suas lacunas, proporciona essa dualidade, intensificando essa pergunta fundamental de “qual lado devo me posicionar?” A lei nº 13.431 de quatro de abril de 2017 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ampliou os direitos da testemunha de violência, equiparando-os aos direitos das vítimas diretas. No entanto, a redação da lei mostra-se vaga, sem detalhar quem se enquadra como uma testemunha que, segundo a descrição do dicionário, se limitaria apenas às pessoas que assistiram ao acontecimento. Nessa lógica, os nossos dois participantes emblemáticos desse campo, que não viram ou ouviram diretamente a cena de violência sexual, não seriam incluídos nesses direitos, o que fazia com que ficassem expostos à convivência com a figura paterna (suposto agressor sexual de seus irmãos), ao invés deles serem afastados protetivamente, tal como ocorrera com os seus irmãos vítimas diretas.

Cadê a mãe?

“Por muito tempo achei que a ausência é falta.
 E lastimava, ignorante, a falta.
 Hoje não a lastimo.
 Não há falta na ausência.
 A ausência é um estar em mim.
 E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
 que rio e danço e invento exclamações alegres,

porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim”.
Ausência – Carlos Drummond de Andrade

O campo “Cadê a mãe?” versa sobre o movimento espontâneo dos participantes de recorrer à figura materna ao longo da apresentação dos desenhos. Assim, atravessados por esse campo, os participantes construíram narrativas em que a figura materna era trazida à tona, revelando a necessidade de a relação materno-filial ser discutida em meio à conversa sobre a relação fraterna. Essa questão fica evidente no trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Clarice:

Clarice, de oito anos, comparece ao ambulatório acompanhando sua irmã (seis anos) e sua mãe. Sua irmã havia sido vítima de violência sexual perpetrada pelo pai delas, sendo que tinha sido Clarice quem havia comunicado à mãe aquilo o que havia ocorrido com a irmã, após flagrar a cena incestuosa. Durante a nossa entrevista, a criança me contou que estava feliz, porque havia escutado sua mãe dizendo “até acredito nas meninas agora”, para a tia materna, após episódio em que o pai tentou entrar em contato, a despeito da medida de afastamento. Quando apresentei as ilustrações para ela, mais ao final da entrevista, Clarice logo associou, a partir da ilustração 2 (lado de dentro), que se tratavam de duas irmãs que, apesar de estarem brincando, estavam tristes, porque parecia que “o pai fez algo de ruim para elas”. Tão logo a criança associou a imagem da sombra à do pai (ilustração 4 – a sombra), ela me perguntou: “Mas por que a mãe delas não está aqui?”. Disse-lhe que eu não sabia, ao que ela me disse: “Talvez, ela não more por aqui e eles sejam separados”. Assim, ela pegou novamente a primeira ilustração e falou que acreditava que aquela fosse a imagem da casa da mãe, já que as crianças pareciam estar mais felizes ali do que nas demais ilustrações.

Vemos, a partir desse material, que Clarice associa a sombra das ilustrações a uma figura paterna que, tal como ocorrera efetivamente, havia feito mal às crianças. Chama a atenção, entretanto, a sua busca espontânea pela figura materna, à medida em que as ilustrações se

mostram mais ansiogênicas. Seria possível pensarmos, a partir daí, que a criança tenha comunicado a necessidade de uma figura protetiva maior, fora da esfera fraterna, para lidar com a grandiosidade da problemática da violência sexual intrafamiliar?

Essa discussão pode retomar a problemática apresentada por Crespo (2013), anteriormente citada, segundo a qual para que os irmãos possam exercer um cuidado suficientemente bom uns aos outros, faz-se necessário que estejam imersos em um ambiente familiar em que possam se sentir emocionalmente sustentados. Em outras palavras, para que um irmão possa ser cuidador do outro, sem ser furtado em seu direito de viver de forma espontânea e criativa, o que poderia ocorrer caso ficasse exclusivamente identificado com o lugar de proteger o irmão, à luz das figuras parentais, é necessário que um terceiro – pai ou mãe, no caso – se faça presente.

De maneira análoga, Kehl (2003) reflete que a fratria, ao mesmo tempo em que oferece importantes identificações e alianças horizontais, deveria ser “apenas” complementar na constituição do sujeito, não substituindo os papéis parentais. Como bem salienta a autora: “insubstituível é o desejo do adulto que confere um lugar a este pequeno ser, concomitante com a responsabilidade que impõe os limites deste lugar” (p. 5). Nesse sentido, não é de estranhar que, mediante situações tão excepcionais como a de uma violência intrafamiliar, os irmãos, mesmo identificando-se com o lugar de protetores daqueles que se encontram em situação de risco, recorram às figuras de autoridade como meio de assegurar a proteção intrageracional (de si e dos irmãos).

Vale ressaltar que, no campo “Cadê a mãe”, deparamo-nos não apenas com manifestações de busca da proteção da figura materna, como, também, manifestações, por parte de algumas crianças, no sentido de tentar atenuar o sofrimento frente à ausência concreta da figura materna. Essa questão fica clara no seguinte trecho da narrativa transferencial derivada da entrevista com Joana:

Joana, de nove anos, veio ao ambulatório acompanhada de sua irmã (13 anos) e de seu tio-avô. Sua mãe não havia conseguido acompanhar as filhas, no atendimento ambulatorial, por estar internada após uma tentativa de auto-extermínio, tentativa essa motivada pelo fato de o pai das meninas ter sido preso por ter violentado sexualmente a irmã de Joana. Quando mostrei as ilustrações para Joana, me chamou a atenção que, na segunda delas (lado de dentro), ela disse que via dois irmãos brincando juntos, sem, no entanto, poderem fazer barulho, pois “o pai é muito malvado” e poderia se incomodar com a brincadeira deles. Quando perguntei à criança como ela imaginava que os irmãos estavam se sentindo naquela cena, ela disse que estavam tristes, devido à presença do pai e, na sequência, emendou: “E a mãe não está aqui porque está viajando”. Por fim, quando apresentei a quarta ilustração, Joana, disse que imaginava que a irmã mais nova estivesse sendo protegida pela irmã mais velha diante da cena que estaria ocorrendo dentro do quarto: do pai agredindo a mãe.

Nesse material, deparamo-nos, mais do que com uma indagação da criança de onde estaria a mãe protetora (como vimos no primeiro excerto), com uma tentativa de explicação da parte dela de por que a mãe protetora não estaria presente. Seria possível pensarmos que, talvez, essa manifestação distinta – da indagação para a explicação – esteja associada ao fato de que, no caso de Joana, temos uma mãe triplamente agredida: pela violência sexual perpetrada contra a filha; pela violência física perpetrada pelo parceiro íntimo; e pela agressão que ela própria se auto-infligiu em meio a todas essas violências. Nesse sentido, é como se Joana, de maneira bastante sensível e cuidadosa, nos apresentasse, sobretudo, uma preocupação com essa mulher-mãe agredida, que ela gostaria que estivesse protetivamente em outro cenário, do que uma queixa a respeito dessa suposta mãe ausente.

Consideramos esse dado valioso uma vez que, não raro, as mulheres-mães, que ocupam de fato um papel importante no campo da violência sexual intrafamiliar, posto que, a depender de suas ações/omissões, o incesto pode ser encerrado ou perpetuado, são alvo de severas críticas

sociais. Seria possível dizermos que, em maior ou menor grau, ficaríamos todos atravessados pelo campo “Cadê a mãe?”, no sentido de nutrirmos uma expectativa de que a mulher-mãe assuma uma postura exemplar e protetiva, sem a qual ela corre o risco de ser considerada cúmplice da agressão sexual perpetrada pelo seu cônjuge, conforme discutido pelas autoras Cunha e Dutra (2019).

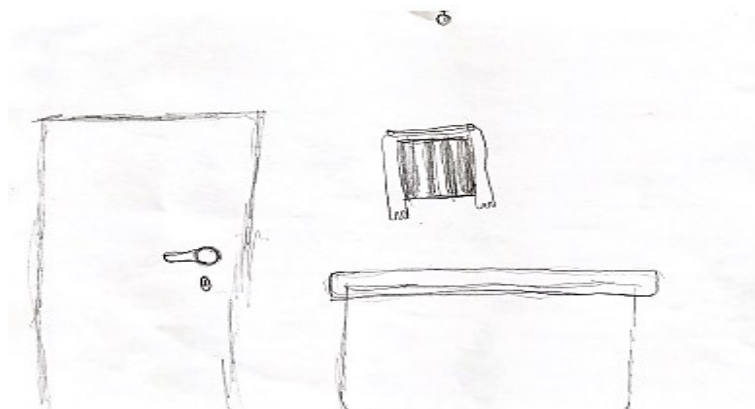
De fato, não raro, esquecemo-nos de compreender a presença/ausência materna levando em consideração o contexto em que essa mulher está inserida, seja ele o contexto sócio-cultural mais amplo, seja ele o grupo familiar no qual ela está inserida. Afinal, se ela se encontra num contexto em que a violência se torna o organizador grupal (Gomes & Neves, 2016), não é de se estranhar que ela venha a ter dificuldades de assumir medidas protetivas, seja em relação a si mesma, seja em relação aos seus filhos. Nesse sentido, podemos pensar que, ao longo da entrevista de Joana, deparamo-nos com uma criança que se revela preocupada com a irmã e, também, com a própria mãe, compreendendo sensivelmente que ambas seriam vítimas de violência perpetrada pelo mesmo agressor, não havendo, desse modo, uma “cobrança” dirigida à mãe pela sua ausência.

Evidentemente, nem todos os participantes desse estudo mostraram-se de maneira similar à Joana mediante a ausência materna. Ainda dentro do campo “Cadê a mãe?”, deparamo-nos com sofrimento emocional significativo da parte de alguns dos participantes, como foi no caso de Antônio:

Embora tivesse 14 anos, Antônio aparentava ter menos idade, de modo que parecia que a diferença entre a sua idade e a de a sua irmã (de nove anos) era menor. Ele e sua irmã encontravam-se no ambulatório acompanhados pela tia paterna, com quem estavam morando desde que haviam sido afastados da residência materna (onde o padrasto, suposto agressor sexual, seguia residindo). Logo no início de nossa entrevista, Antônio me disse que sabia o motivo de estar no ambulatório, comentando sobre a violência sexual perpetrada pelo padrasto

contra a sua irmã. Disse também que sua mãe havia deixado de se importar com ele e com a irmã, em função desse relacionamento conjugal, iniciado há dois anos, e atravessado por brigas e pelo uso prejudicial de drogas. Quando estávamos conversando sobre as ilustrações, me chamou a atenção a dificuldade de Antônio em falar sobre a última delas, com o adolescente não conseguindo se pronunciar, mesmo movendo os lábios. Quando eu já estava desistindo de ouvir algo dele, ele disse que as crianças do desenho estavam com medo de alguém que não gostava delas: o padrasto. Ele continua sua narrativa dizendo que o padrasto batia nas crianças quando a mãe não estava. Questiono se as crianças haviam contado para a mãe aquilo o que padrasto fizera e ele diz que não, dando a entender que a mãe da ilustração não sabia da situação.

Antes de encerrarmos a entrevista, Antônio comentou que aquelas ilustrações haviam lembrado-o bastante da casa da mãe. Em seguida, ele pegou uma folha de papel e, como se desse “continuidade” ao conjunto de ilustrações, fez o seguinte desenho:



Antônio me explica que havia feito o desenho de seu quarto na residência de sua mãe. Me chamou a atenção o objeto no centro do desenho, que ele me disse se tratar de uma caixa que guardava a si próprio.

Num primeiro momento, seria possível pensar que Antônio, assim como Clarice, levanta dúvidas acerca da presença/ausência materna, em especial quando ele fala de uma mãe que “parou de se importar” com os filhos. Num segundo momento, entretanto, daria para

elucubrarmos que Antônio, à imagem e semelhança de Joana, parece tentar “justificar” a ausência materna, seja culpabilizando o relacionamento conjugal da mãe, seja inventando uma narrativa, mediante as ilustrações, que explicariam a sua ausência, como, por exemplo, o seu desconhecimento dos maus-tratos. Entendemos, contudo, que esse material de Antônio traz conteúdos diferentes dos de Clarice e de Joana, uma vez que ele se vê encaixotado dentro da casa da mãe, como se comunicasse o desejo de mudar-se novamente para a residência materna, a despeito de seu sentimento de que lá não seria possível transitar.

Ainda, seria possível nos questionarmos se a caixa desenhada por Antônio representava, para além de uma caixa de mudança, uma caixa-caixão, isto é, algo que representasse num só tempo o seu sentimento de ter uma mãe morta⁹ e de com ela estar altamente identificado. Trata-se de algo discutido por Teixeira (2009), segundo a qual, por vezes, na tentativa de não perder o objeto materno, por meio da sua identificação, a criança se transforma no próprio objeto materno para conservá-lo vivo dentro de si. Contudo, por se tratar de mães imersas em contextos violentos, este processo pode implicar danos à constituição psíquica do sujeito, que, nesse interjogo psíquico, pode acabar se transformando em um objeto sem vida psiquicamente, experienciando consequências semelhantes à da mãe-morta, caracterizadas por um embotamento afetivo, por uma sensação de impotência e de incapacidade de sair do conflito.

Em resumo, os irmãos participantes revelaram a impossibilidade de proteger o irmão vitimado; porém, preocupados, recorrem a uma figura protetiva para assegurar este cuidado tanto para o seu irmão quanto para si mesmos. Nessa procura, se deparam, por vezes, com a mulher-mãe ausente (em algumas situações sentida como morta psiquicamente), o que gera um paradoxo de ausência-presença, isto é, com a mulher-mãe sendo sentida como presente, porém desinvestida no cuidado materno-filial (Teixeira, 2009). Apesar disso, observamos que as

⁹ Em sua análise do conceito de complexo da mãe-morta, desenvolvido pelo psicanalista André Green, Teixeira (2009) esclarece que este não se refere à morte física da mãe, mas sim à sua morte psíquica, o que resulta em uma súbita alteração na qualidade dos cuidados maternos. Assim, na perspectiva da criança, a presença materna é percebida como uma ausência, ao invés de ser vista como a fonte de vitalidade.

crianças/adolescentes procuraram preservar as suas mães, o que interpretamos como sendo tanto decorrente de um sentimento de cumplicidade diante do lugar de submissão também ocupado pela mulher-mãe, quanto como uma tentativa de amenizar o seu próprio sofrimento diante da ausência materna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, foi possível identificar três campos, que desvelaram que a experiência emocional de crianças e de adolescentes que possuem um irmão vítima direta de violência sexual intrafamiliar pode estar associada a sofrimento psíquico radical, conduzindo-os a um estado afetivo-emocional próximo ao das vítimas diretas ou ao das mães, que são os que têm sido alvo de atenção por parte da literatura especializada.

Para além dos poucos estudos dedicados à temática, observamos também que, nos serviços especializados, são poucas as intervenções que são dedicadas aos irmãos vítimas indiretas, o que pôde ser notado inclusive em relação ao ambulatório em que o presente estudo foi desenvolvido. Compreendemos, contudo, que não se trata de mera falta de sensibilidade para com esse grupo específico, mas, sim, de questões estruturais da Rede de Proteção. Assim, durante a realização dessa pesquisa, deparamo-nos com a dificuldade em dar continuidade aos atendimentos dos irmãos vítimas indiretas, porque não havia sequer salas físicas e profissionais suficientes para oferecer este cuidado integral, para além da atenção dedicada às crianças e adolescentes vítimas diretas e seus familiares responsáveis. Desse modo, o que observamos foi a materialização desse “não-lugar” dos irmãos vítimas indiretas, dado um ambulatório “sem-lugar” para acolhê-los.

Por essa razão, no presente estudo, propositadamente, não diferenciamos os irmãos que foram expostos diretamente (flagrando a cena) daqueles que souberam do ocorrido por outra via, tendo em vista que isto poderia contribuir ainda mais para a dificuldade de inserí-los na Rede de Proteção. Logo, o nosso objetivo foi apresentá-los, de maneira generalizada, enquanto

irmãos atravessados por um ambiente familiar que se revela num avesso do ambiente suficientemente bom, mostrando a necessidade de proporcionar uma atenção igualmente cuidadosa a todas as vítimas que compõem esse grupo.

Embora tenha sido possível traçar diferentes características da experiência emocional dos participantes, compreendemos que a amostra entrevistada se limitou a grupo familiares previamente inseridos na Rede de Proteção. Esse cenário revela duas condições dos participantes: 1) a temática da violência sexual se encontrava extremamente presente e recente entre os membros daquela grupalidade; e 2) dado ao acesso ao ambulatório, compreendemos que essa amostra se encontrava, em certa medida, mais amparada do que os casos que sequer alcançam a Rede de Proteção. Nessa linha, não foi possível dimensionar a experiência emocional de irmãos cujo grupo familiar não teve acesso à Rede de Proteção, bem como não foi possível avaliar as repercussões emocionais a longo prazo.

Apesar disso, consideramos que a preciosidade desse estudo reside na constatação de que, a partir de intervenções singelas, tais como aquelas ministradas no decorrer das entrevistas, envolvendo ilustrações feitas pela entrevistadora e a elaboração de desenhos e cartas pelos participantes, foi possível ofertar algum cuidado afetivo-emocional, para além do objetivo científico das entrevistas. Diante disso, embora a pesquisa não tenha tido uma finalidade clínica, o seu material pode servir de inspiração para intervenções clínicas a serem realizadas em espaços abertos, como nas salas de espera, tendo em vista que geralmente os irmãos não são incluídos nos atendimentos oferecidos pela Rede de Proteção. Por fim, esperamos que o presente estudo seja capaz de incentivar outras produções científicas e outros manejos clínicos junto aos irmãos vítimas (in)diretas no contexto de violência sexual intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1995). O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. *Psicologia USP*, 6(2), 103–127.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1678-51771995000200007

Aiello-Vaisberg, T. M. J., & Machado, M. C. L. (2005). *Narrativas: O Gesto do Sonhador Brincante*. Disponível em:

<http://serefazer.psc.br/wpcontent/uploads/2013/09/aiellovaisberg-e-machado-IV-ENC-LAT-DOS-ESTADOSGERAIS-DAPSICAN%C3%81LISE-2005.pdf>.

Almeida, A. O. (2012). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6733>

Botega, J. L. C., & Zamboni, J. K. (2021). Vítimas esquecidas: a criminalização da exposição de crianças e adolescentes à violência interpaparental. *Revista Do CNMP*, 9(9), 263–289. <https://doi.org/10.36662/revistadocnmp.i9146>

Camargo, M.E. (2022). *O silêncio e o silenciamento de meninos vítimas de violência sexual e as reverberações na cena familiar perspectivas em Psicanálise*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional da UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34231>

Cantelmo, C. A., Matta, K. W., Costa, L. F., & Paiva, K. L. (2010). Vitimização secundária: O irmão testemunha o abuso sexual da irmã. *Boletim de Psicologia*, 60(132), 15–28. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432010000100003&script=sci_abstract

Conselho Federal de Psicologia (2020). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual* (2ª ed). <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-rede-de-protecao-as-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual/>

- Coutinho, M. M. L., & Moraes, N. M. de. (2018). O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 93-113. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38111>
- Crespo, R. M. (2013). *Entre irmãos: um estudo sobre o cuidado criativo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNICAP. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/850>
- Cunha, G. G., & Dutra, E. M. do S. (2019). Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: Uma revisão da literatura. *Phenomenological Studies – Revista da Abordagem Gestáltica*, XXV(1), 103-110. <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2019v25.10>
- Ferenczi, S. (2011) Análises de crianças com adultos. In S. Ferenczi. (Orgs). Obras Completas> Psicanálise IV. (2ª ed, pp. 109-117). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1931)
- Freud, S. (2014). *Obras Completas volume 17: O futuro de uma ilusão e outros textos* (pp. 175-168). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (2014). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Trabalho original publicado em 1916).
- Goldsmid, R., & Féres-Carneiro, T. (2011). Relação fraterna: Constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, 22(4), 771-787. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>
- Gomes, L. R. S., & Neves, A. S. (2016). A clínica de família: interrogações sobre o traumático, a dinâmica vincular e a violência como organizadores do grupo familiar. *Estilos da Clínica*, 21(1), 152-169. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i1p152-169>

- Gonçalves, F. T. D., Santos, M. I. C., & Pessoa, E. V. M. (2017). O silêncio que precisa ser falado: A percepção materna frente o abuso sexual do filho. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 9(2), 1083-1088. https://acervosaud.dominiotemporario.com/doc/14_2017.pdf
- Herrmann, L. (2006). A episteme da psicanálise: Uma contribuição da teoria dos campos. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 81-96. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100005
- Hora, T. D., & Paiva, A. R. (2017). A violência sexual contra crianças e adolescentes no campo da saúde e a intersectorialidade no sistema de garantia de direitos. *Revista SUSTINERE*, 5(2), 296-316. <https://doi.org/10.12957/sustinere.2017.30004>
- Junior, A. A., Cassepp-Borges, V., & Santos, J. G. dos. (2015). Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>
- Kehl, M. R. (2000). Introdução: Existe a função fraterna? In: M. R. Kehl (Org.), *Função fraterna*, 31-47. (1ª ed). Dilmo Milheiros.
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. *Artigos e ensaios*. https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/7037/mod_forum/attachment/2879/Maria%20Rita%20Keihl_%20Em%20defesa%20da%20familia%20tentacular.pdf
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). Vocabulário da psicanálise. (P. Tamen Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967)
- Mello, I. F. L. (2016). Pai abusador, filho agredido, irmãos marcados: os efeitos da violência sexual na trama fraterna. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45530>

- Moreira, M. I. C., & Sousa, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, (28), 13-26.
<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>
- Piana, M. C., & Bezerra, M. S. (2019). Marcas na infância: o poder do adulto sobre a criança e a violência sexual. *Revista Libertas*, 19(1), 200-212. <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27782>
- Ramos, M. C. R. (2010) Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco]. Repositório da UNICAP. <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/909>
- Rosa, K. T. (2007). *A testemunha do abuso sexual contra irmãos: a vítima esquecida junto ao serviço de proteção*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional do UFSC.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90831>
- Rosário, M., & Bispo, L. G. S. (2021). As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, 14(2), 46-57. <https://orcid.org/0000-0003-3625-948X>
- Sanches, A. & Cardoso Jr., H. R. (n.d.). Ruptura de Campo: Proposta Clínica e Metodológica de Fabio Hermann. *FCL UNESP*.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças. In R. H. Sampieri, C. F. Collado & M. P. B. Lucio (Orgs.), *Metodologia de pesquisa* (5ª eds, pp. 28-48). Editora Penso.
- Sanchez, R. N., & Minayo, M. C. S. (2006). Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: A. Ministério da Saúde (Eds), *Violência faz mal* (1ª eds, pp. 29-45) Editora MS.

- Santos, A. C. W., e Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31 (2), 220-235.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200003>
- Sinclair, C., & Martínez, J. (2006). Culpa o Responsabilidad: Terapia con Madres de Niñas y Niños que han Sufrido Abuso Sexual. *Psykhé (Santiago)*, 15(2), 25-35.
 DOI: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-22282006000200003>
- Teixeira, M.G. C. (2009). O complexo da mãe morta: fragmentos de uma experiência clínica. [Dissertação de Mestrado, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional do UNICEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2681>
- Winnicott, D.W. (1983). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In D.W. Winnicott (Orgs). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*, (128-140). Artmed. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1999). A amamentação como forma de comunicação. In: D. W. Winnicott (Orgs) *Os bebês e suas mães*, (2ª eds, pp. 19-29). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Winnicott, D. W. (1999). O recém-nascido e sua mãe In: D. W. Winnicott (Orgs), *Os bebês e suas mães*, (2ª eds, pp. 29-42). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964)